



ENTRE DEVIRES, CONEXÕES E FEMINISMOS

Dayane Nascimento Sobreira

Mestranda em História/UFPB - dayanesobreira26@gmail.com

RESUMO: As mulheres, historicamente invisibilizadas, como traz a escritora inglesa Virginia Woolf (1990) foram responsáveis por promover verdadeiras revoluções em curso dentro ou fora do feminismo, para alguns/algumas: o maior movimento social do último século. Tendo emergido com mais força no Brasil no contexto da ditadura civil-militar, hoje ainda segue feminizando o mundo em um contexto de exceção, com a implosão da chamada Primavera das Mulheres e de acontecimentos recentes que colocam lutas históricas sob tensão. Nesse sentido, esta comunicação visa problematizar o feminismo – entendido enquanto movimento plural – como uma chave de escape da lógica biopolítica, marcada pelo controle de vidas e corpos pelo poder, e que como potência revolucionária, desloca subjetividades e tece novos devires. Abrindo frestas na trajetória do movimento feminista no Estado da Paraíba, veremos a emergência de seus primeiros grupos e em especial da Cunhã Coletivo Feminista, fundada em 1990. Costuramos histórias de vida, numa relação próxima entre uma história que se fez e que está sendo feita, e a memória.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismos, Subjetividade, Paraíba.

Em um contexto de crise política e direitos minados que marcaram os anos de ditadura civil-militar no Brasil, reacendeu-se a luta feminista em sua chamada segunda onda. Concomitante a isso, o movimento de mulheres “ainda que com a voz baixa, quase um sussurro” como dizem Rosalina Leite e Amelinha Teles (2013), denunciava altos custos de vida, disparidades salariais e a falta de creches. Sob a sombra do terror, despontava um universo de lutas e de mudanças políticas, culturais e simbólicas.

Questionando a existência feminina como incapaz de feitos importantes e subordinada ao masculino, as mulheres fizeram do feminismo um movimento organizado que demandou inclusive a existência de uma imprensa

própria. Que mentira absurda, portanto, é a que diz que a mulher é um sexo frágil, para lembrar aqui uma música de Erasmo Carlos. Deslocados esses versos, não nos interessa mencionar o restante da letra a qual reforça o lugar de Amélia já tão cantado no cancionário popular.

Denunciando o sexismo enraizado na sociedade brasileira e também nas organizações de esquerda e partidos políticos, as ativistas (muitas provindas dos espaços de exílio e de uma experiência política de oposição) entenderam que o movimento pelos direitos das mulheres no Brasil deveria emergir não subordinado a esses espaços de poder (RAGO, 2003). Com a organização de reuniões caseiras, as mulheres logo sistematizaram indagações



sobre si, o mundo e suas opressões a partir dos chamados grupos de autoconsciência.

Propondo-se lutar por mudanças históricas que extrapolaram a categoria dos direitos, o feminismo que emergiu nesse contexto significou uma reeducação e a atenção para o pessoal como também sendo político. Essa característica colocaria o feminismo como propriamente revolucionário, como apontam Costa e Sardenberg (2008), constituindo verdadeiras revoluções e caracterizando a ousadia da singularização, sendo o seu contrário as subjetividades capitalísticas, generalizantes. Guattari e Rolnik (1996) falam das possibilidades de desvio e reapropriação e da redução dos indivíduos ao status de máquinas dentro da lógica do capitalismo e da mídia. Sendo da lógica dele a manutenção do segregado, o feminismo enquanto revolução, se tornou possível. Como sintetiza Margareth Rago:

O feminismo, que renascia em meados da década de 1970, apontava para outros modos de ação política; questionava a pesada cultura patriarcal; indignava-se com o machismo e a burocracia dos partidos, mesmo os de esquerda, ao mesmo tempo em que mostrava às mulheres, em geral, que podiam ser outras, escapando a um destino monótono de confinamento na esfera da vida privada. O casamento heterossexual deixava progressivamente de ser o único caminho possível para o “sexo” então considerado “frágil”; o desejo abria outras formas de expressão (RAGO, 2013, p. 12).

Como brecha aberta no sistema de subjetividade dominante, o prazer aos poucos foi se tornando gênero de primeira necessidade, para usar o título de um ensaio da poeta Leila Miccolis. De modo descontraído e quase biográfico, a autora traz considerações acerca da história do movimento homossexual brasileiro, mostrando como esse inovou desconstruindo o biologismo reprodutor que foi lentamente questionado pelo movimento feminista. Mesmo com essa lentidão, tomo a liberdade de estender a assertiva da autora sobre o movimento homossexual também ao movimento feminista, hoje intrínseco mas cuja história revela uma certa cisão. Como menciona: “Estávamos diante de uma revolução sem armas, e que no entanto era tão perigosa quanto as explosões nucleares, ou os arsenais de munições” (MICCOLIS, 1983, p. 88). Perigosa pois desestabilizadora. Desestabilizadora pois remexeu velhos tabus e certezas: o corpo emergiu como espaço de luta política.

A existência da pílula do dia seguinte, a liberdade pregada, a regulamentação do divórcio no Brasil, a publicização de formas várias de se viver a sexualidade. “Pare de tomar a pílula” já era cantada por Odair José, “Cor de rosa choque” por Rita Lee e assim novos



hábitos e comportamentos seguiram nas décadas subsequentes que coincidiram com o processo de abertura da ditadura civil-militar. Como em um caldeirão de desejos e possibilidades, o físico, o corpo construído dentro da tradição cristã como “habitat do espírito santo”, “morada da alma”, “lugar sagrado”, “feito a imagem e semelhança de Deus”, não mais dócil, tornou-se lugar de resistência. A partir de um jogo de desidentificações/identificações estratégicas e criações, discussões e desterritorializações colocaram dúvidas e revisões dos sujeitos homossexual e feminista; revisões que apoiaram-se em deixas teóricas de Foucault, Derrida, Deleuze, dentre outrxs (PRECIADO, 2011).

Sobre o corpo e em especial o corpo feminino, pergunta Tânia Swain (2000): Como pode o corpo imprimir tantas relações? Como pode o corpo, o sexo, deixar de ser sexo e designar identidades? O corpo parece habitar o fora do qual fala Blanchot. Corpo que é performático e que instaura gêneros ou que é “um conceito suposto de matéria¹”, como consta nas poesias epifânicas de Hilda Hilst. Corpo que é matéria e também desejo. Corpo que pode ser exposto, violado (lembro-me aqui de cenas do filme pernambucano *Baixio*

das Bestas) mas também moldado, reconfigurado (Almodovár e sua *Pele que Habito*). E o corpo feminino ou afeminado segue como mais vulnerável mas também potencializador de vida pois fugidio do controle biopolítico.

Michel Foucault no clássico *História da Sexualidade* volume I, apontou caminhos para tal análise a partir do chamado dispositivo da sexualidade. Dispositivo de controle e normalização dos corpos instalado pelas classes dominantes, constituiu um mecanismo de garantia de perpetuação, força e perenidade da burguesia que se “autossexualizava”. Marcando um lugar de casta a partir da distinção do “anormal”, foi colocado um projeto de expansão da força, do vigor e da saúde que teve na família, depois em médicos e pedagogos agentes de vigilância e de formação desse dispositivo.

A histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização de condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer perverso, constituíram segundo Foucault (2014) mecanismos específicos de saber e poder sobre o sexo. Migrando de uma sexualidade pautada na aliança, o corpo passou a ser invadido de modo cada vez mais detalhado, em relação direta com o que o autor chamou de micropoderes.

¹ Poema: Que este amor não me cegue nem me siga. Hilda Hilst, 2004 [1995].



Prevalecendo “uma nova distribuição dos prazeres, dos discursos, das verdades e dos poderes” (FOUCAULT, 2014, p. 134), ao corpo foi dada a atribuição de ser cuidado, protegido, isolado. Instaurou-se porquanto, uma sexualidade de classe em que o normal é a regra e o que foge ao controle, o patologizado. Com o intento de disciplinar o desenvolvimento do capitalismo e da sociedade burguesa, surgiram tratados de psicopatologia social como aponta Miskolci (2003), afirmando o padrão do homem branco, heterossexual e burguês. O desviante representaria diretamente o perigo da degeneração e miscigenação, rompendo com a proposta de melhora da hereditariedade e da superioridade de grupos. De uma publicização dos suplícios passou-se a uma gestão calculista da vida, do investimento no corpo, sua valorização e controle a partir de técnicas de saber e poder, dentre as quais está o dispositivo e o controle do sexo.

Mulheres... Peças chave na construção de novas possibilidades de mundo. Protagonistas porém invisibilizadas. Furiosas... Durante muito tempo ausentes da escrita da história – cuja realidade já vem se abrindo a elas e a seus feitos – já são muitos os estudos

no campo das humanidades que passam pela história dos feminismos, das trabalhadoras, da escrita de mulheres. Muito ainda se tem a avançar. Afinal, a história corria e as mulheres estavam preparando o jantar, nos disse Virginia Woolf.

No clássico *Um teto todo seu*, composto por uma série de ensaios fruto de palestras proferidas pela autora na Universidade de Cambridge, Virginia traçou impressões sobre os dias que antecederam sua conferência. Primeiro sendo proibida de ocupar espaços como o jardim ou a biblioteca da faculdade, narrou de forma descritiva essas proibições extensivas a todas às mulheres de meados do século XX e cuja abrangência se espalha para situações e contextos muitos. “A repreensível pobreza de nosso sexo” (WOOLF, 1990, p. 27), fez minar condições favoráveis de produção e emancipação. Sem dispor de meia hora ou de um teto que possa chamar de seu, as mulheres elaboraram linhas de fuga entre os afazeres domésticos e as proibições a que lhes eram postas. Havia outro agravante: o empecilho da maternidade.

Autoras várias conseguiram se sobressair, elaborando obras que atravessaram os tempos. Jane Austen, eis um exemplo. Outro é a senhora Behn,



pontuada no texto. Os entraves contudo, eram muitos. Um teto próprio e 30 mil libras esterlinas parecia ser o toque de mágica necessário capaz de fazer vibrar a autonomia das mulheres e de suas produções. Aí revela-se a atualidade de Virginia e seus ditos: a duras penas a sociedade do líquido como diz Zygmunt Bauman, exige de nós produções, produções e produções. Quantas coisas estão aí esperando para serem feitas, obrigações corriqueiras, enquanto aqui estou teclando, pesquisando, elaborando este texto? Sim, nos falta a liberdade e as condições de que falava Woolf. Eis as estrias descontínuas do tempo. Tal texto data de 1929. Ela pontua:

Poderíamos ter estado explorando ou escrevendo; vagueado pelos lugares veneráveis da Terra; sentado, contemplativas, nos degraus do Partenon, ou ido para um escritório às dez da manhã e voltado tranquilamente para casa às quatro e meia para escrever um pouco de poesia (WOOLF, 1990, p. 28-29).

Analista das diferenças entre os sexos, previu a ocupação feminina de espaços variados. Essa é uma mudança em curso, contudo, as disparidades não deixam de existir. Basta ver que no Brasil o salário médio de uma mulher com educação superior representa apenas 62% do de um homem com a mesma escolaridade, segundo dados da Organização

para Cooperação do Desenvolvimento Econômico liberados em novembro de 2015². Logo, passamos por uma transformação cultural em curso, transformação que ainda tem o falocentrismo em seu cerne.

O que se sabe das mulheres de antes do século XVIII? Pergunta. Essa invisibilidade é justificada a partir de diferenciações que colocam as mulheres na história de modo marginal a partir de representações seletivas e excludentes (SWAIN, 2013). O etnofalocentrismo gera silenciamento no que tange aos atos e realizações das mulheres, em que contrariamente o masculino encarna a imagem e representação do humano como fonte de toda produção sociocultural. De forma otimista, Tania Swain aponta o trilhar de uma nova memória social pautada na autorrepresentação das mulheres e na elaboração de mundos possíveis.

Judith é a suposta irmã de William Shakespeare mencionada por Virginia em um jogo comparativo, perguntando: O que teria acontecido se ele tivesse uma irmã? Com certeza não teria tido o destino glorioso do irmão por falta de aparatos materiais e imateriais. O destino de Judith teria sido trágico. “E agora, Maria?”,

²<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/11/24/brasil-tem-maior-diferencasalarial-entre-homens-e-mulheres.html>. Acesso em: 13 fev. 2016.



perguntamos, ao lembrar de uma paródia de Alice Ruiz ao famoso poema *José* de Carlos Drummond de Andrade. A mulher não era incentivada a ser artista, era por sua vez adomestada, obrigada a ser mãe, “a viver na hipocrondia”³.

Contra proibições historicamente elaboradas, as mulheres reagiram de forma voraz. Questionaram, saíram às ruas, cavaram espaços na esfera pública, construíram novos efeitos na sensibilidade e no imaginário social (RAGO, 2004). Muitos grupos foram formados a partir das oficinas pioneiras de autoconsciência. O Nordeste brasileiro e em especial a Paraíba, onde o machismo se revela em altos índices de violência contra a mulher e padrões culturais misóginos, apresenta um histórico de lutas impressionante que aos poucos está se fazendo seara de historiadorxs e cientistas sociais sedentxs perante o campo que encontram.

Lutas que se mesclam ao direito pela terra e contra o latifúndio⁴, o feminismo paraibano nasceu nesse cerne. Datando de 1979, o primeiro grupo feminista da

³ e agora maria? /o amor acabou/ a filha casou /o filho mudou/ teu homem foi pra vida /que tudo cria /a fantasia /que você sonhou /apagou/ à luz do dia /e agora maria? /vai com as outras/ vai viver/ com a hipocondria. Poema: Drumundana. Alice Ruiz, 2008 [1980].

⁴ Vale conferir o texto: “Mulheres *versus* ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba” (ROSA, 2015), em que a autora questiona os silenciamentos ligados às lutas de mulheres no Estado, dando visibilidade às narrativas femininas de denúncia e contestação.

Paraíba fora fundado por professoras vindas do combate à ditadura e que carregavam experiências ligadas ao feminismo francês e a grupos de esquerda. O **Centro da Mulher de João Pessoa**, logo chamado **Grupo Feminista Maria Mulher** desenvolveu atividades na Universidade Federal da Paraíba em diálogo com comunidades da capital. No Sertão, surgiram o **Grupo Mulheres** e o **Sertão Mulher**, com total apoio às mulheres rurais. Em Campina Grande, o **Grupo Raízes** emergiu como reverberação do **Grupo de Mulheres de Campina Grande**.

Com um histórico extenso, a Paraíba fez seu lugar ao sol no que tange às lutas de mulheres. De 1979 até nossos dias, contestações aos maus tratos ao feminino, assessorias, formação de lideranças comunitárias ou de atuações setoriais; com o advento das organizações não governamentais, estratégias de *advocacy*, implantação de projetos e campanhas de conscientização em constante diálogo com outros movimentos sociais e pela luta democrática se fizeram presentes.

Brigas políticas que foram pulverizadas por meio de vários grupos a partir da década de 1990. Dentre esses grupos a **Cunhã Coletivo Feminista** funcionou como formadora do feminismo



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

institucionalizado que emergia. Composto por ex-integrantes de grupos anteriormente citados, surgiu enquanto ONG compromissada com o combate às discriminações e misoginia presentes em um meio bem específico: a cidade de João Pessoa. Logo traçando diálogos vários, se conectaram com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), prestando-lhe assessorias, alargando sua atuação para o Brejo do Estado. Aos poucos, sua atuação expandiu-se por meio de campanhas como a Campanha Latinoamericana pela Legalização do Aborto e outras. Hoje, com 25 anos de história, a Cunhã apresenta polos de atuação também na mesorregião do Cariri, tendo se projetado como uma das mais importantes instituições feministas do país.

Gilles Deleuze (2002), inspirado em Espinosa, situou a identificação de um corpo pelo seu poder de afetar e de ser afetado. Corpo entendido como qualquer coisa: uma ideia, corpo social, coletividade. Quando esse corpo se encontra com o nosso e com ele se compõe temos a geração de uma potência criadora e boa, contrastada com o que o filósofo chama de paixões tristes. Um bom encontro, portanto, foi o meu com a história, memória e subjetividade

potencializadas pela Cunhã Coletivo Feminista. Encontro combinável pela relação dentro de um campo comum de imanência: o feminismo. Encontro potencializado primeiro quando da pesquisa de meu trabalho de conclusão de curso no ano de 2014. Desde então, alargando conhecimentos sobre a história do movimento feminista no Estado da Paraíba, vem se mostrando como um afeto que respinga em campos como a de minha luta política, abrindo possibilidades de articulação não só teórica mas prática. Relação que perpassa as ações e estratégias da instituição, sendo as bases de atuações de organizações não governamentais, coletivos e grupos ligados a movimentos sociais e à luta democrática.

Com bandeiras conectadas à realidade das mulheres em sua diversidade, a Cunhã atuou e atua com o múltiplo em profícuo diálogo com o movimento negro, movimento LGBT e outros. Estelizabeth Bezerra, Estela como é mais conhecida, responsável durante muitos anos pelo eixo de comunicação da ONG, hoje deputada estadual pelo PSB faz uma análise da importância da organização para a difusão da perspectiva das mulheres na Paraíba:

A Cunhã passou a ser a organização que mais contribuiu com a visão de gênero que as outras organizações precisavam ter, tanto fortaleceu os



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

grupos de mulheres quanto trabalhou na formação e no fortalecimento no que até os órgãos financiadores exigiam de outras organizações que elas tivessem a visão e o conceito de gênero assimilado nas suas propostas e poucos grupos tinham esse norral (...). Então a Cunhã foi muito formadora dessa visão do que seria uma inclusão das mulheres numa intervenção social seja ela com crianças e adolescentes, seja ela com populações negras, seja ela com desenvolvimento econômico rural, tudo isso precisava pensar as mulheres e a gente tinha essa condição tanto teórica quanto prática (ESTELA BEZERRA, 2015).

Conduzindo oficinas com sindicalistas, bancárias, normalistas e profissionais liberais, a Cunhã formou também subjetividades na medida em que promoviam novos encontros consigo, com o corpo, com o mundo. De forma simbólica, Gilberta Soares (2015) menciona que muitas eram as desconstruções geradas por essas reuniões, promovendo rupturas e construindo novas possibilidades de estar no mundo. Relata que em uma das oficinas matriz com trabalhadoras rurais no município de Alagoa Grande-PB, uma mulher grávida ficou tocada a ponto de pôr o nome de Gilberta nx bebê que estava sendo geradx. Escolha simbólica. Disse ela: “Pelo menos é uma Gilberta que vem de outra, porque meu pai é Gilberto e colocou o nome porque pensava que ia ter um filho homem”. No micro/macro vimos então, uma suspensão no falocentrismo

instituído. Muitas dessas oficinas também eram conduzidas por Soraia Jordão, psicóloga, atual secretária executiva da ONG e Ednalva Bezerra, professora, secretária da mulher trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores, falecida no ano de 2007.

Essas mulheres, para além da luta feminista primeiro enquanto movimento, depois de forma profissionalizada, também compartilhavam laços de amizade. Laços de leveza em meio a duras lutas, a um padrão cultural misógino ostensivo. Relações entre mulheres que costuram forças no cotidiano conforme aponta a poeta norte-americana Adrienne Rich. “A identificação entre mulheres é uma fonte de energia e de poder feminino potencial, contido e minimizado pela instituição da heterossexualidade” (RICH, 2010), em conexão direta com o dispositivo de sexualidade do qual fala Foucault (2014). Um conjunto de experiências entre as mulheres, o *continnum*, força propulsora, conectou as mulheres e suas subjetividades a partir da militância, criando redes.

Redes de amizade e lutas. Conexões, contudo, que não deixam de apresentar suas heterogeneidades. Soraia Jordão (2015) fala: “A gente vai criando laços, porque é muito fácil criar laços afetivos entre nós mulheres: solidariedade,



cumplicidade. Então tem muito disso, uma cuidar da outra de cuidar mesmo (...). Agora temos disputas, diferenças”. Nesse aspecto, poderes e conflitos também estão em pauta, como traz Pedro (2006) ao trabalhar as narrativas fundadoras do feminismo em sua segunda onda.

Entre devires, conexões e também diferenças, os feminismos seguem feminilizando o mundo. No Estado da Paraíba, a Cunhã avança desenvolvendo projetos por um lado com foco na sustentabilidade e autonomia econômica de mulheres rurais, no enfrentamento à violência, por outro, divulgando mecanismos como a reforma política em prol da democracia e dos direitos humanos. Ano passado, 2015, contra um inverno conservador, tivemos uma primavera feminista⁵, deslocando olhares para o aprofundamento de heterotopias já pulverizadas em lutas anteriores. Não podemos perder de vista esse olhar, do presente e que produz sobretudo, novas subjetividades e indagações.

REFERÊNCIAS

COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: **O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. _____

⁵http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/12/opinion/1447347110_733026.html. Acesso em: 14 fev. 2016.

(orgs.). Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

HILST, Hilda. **Cantares**. São Paulo: Globo, 2004.

LEITE, Rosalina Santa Cruz; TELES, Amelinha. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. Prefácio de Margareth Rago. São Paulo: Intermeios, 2013.

MICCOLIS, Leila; DANIEL, Herbert. **Jacarés e lobisomens: dois ensaios sobre a homossexualidade**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

MISKOLCI, Richard. Reflexões sobre normalidade e desvio social. **Estudos de Sociologia**, Araraquara-SP, v. 13/14, 2003. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/169>. Acesso em: 09 jun. 2015.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 52, n. 26, 2006.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, 2011. Disponível em:



<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X2011000100002/18390>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

RAGO, Luzia Margareth. Os feminismos no Brasil: dos ‘anos de chumbo’ à era global. **Labrys** – Revista de Estudos Feministas, Brasília/Montreal/Paris, n. 03, 2003. Disponível em: <<http://www.tanianavarrosvain.com.br/labrys/labrys3/web/bras/margal.htm>>. Acesso: 15 jul. 2014.

_____. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. In: **Poéticas e Políticas Feministas**. Claudia Lima Costa; Simone Pereira Schmidt. (Org.). Florianópolis: Editora das Mulheres, 2004.

_____. Prefácio. In: **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. Rosalina Santa Cruz Leite; Amelinha Teles (orgs.). Prefácio de Margareth Rago. São Paulo: Intermeios, 2013.

SWAIN, Tânia Navarro. A invenção do corpo feminino ou “a hora e a vez do nomadismo identitário?”. **Textos de História**, Brasília, v. 8, n. 1-2, 2000. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/5904>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

_____. A história é sexuada. In: Luzia Margareth Rago; Ana Carolina A. de Toledo (orgs.). **Paisagens e tramas: o gênero entre a história e a arte**. São Paulo: Intermeios, 2013.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução: Carlos Guilherme do Valle. **Bagoas**, Natal, n. 05, 2010.

ROSA, Susel Oliveira da. Mulheres *versus* ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba. **Estudos de Sociologia**,

Araraquara-SP, v. 20, n. 39, 2015. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/download/7537/5625>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

RUIZ, Alice S. **Dois em um**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tradução: Vera Ribeiro. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

Estelizabel Bezerra de Souza. Entrevista cedida à autora em: 17 out. 2015.

Gilberta Santos Soares. Entrevista cedida à autora em: 23 out. 2015.

Soraia Jordão Almeida. Entrevista cedida à autora em: 22 mai. 2015.